

ENCONTRO
INTERMUNICIPAL
DE CULTURA



CONSTRUINDO O FÓRUM INTERMUNICIPAL DE CULTURA

Sumário

1	Apresentação e Objetivos do Encontro Intermunicipal de Cultura2
2	CULTURA: assunto de todos Maria Antonieta Antunes Cunha Secretária Municipal de Cultura de Belo Horizonte3
3	Os Municípios e a Política Cultural Bernardo Mata Machado - Secretário Adjunto Municipal de Cultura de Belo Horizonte6
4	Os Sentidos da Cultura na Cidade Hamilton Faria - Presidente do Instituto Pólis8
5	Premissas e Algumas Proposições para uma Política de Cultura Hamilton Faria - Presidente do Instituto Pólis Valmir de Souza - Pesquisador do Instituto Pólis13
6	Programação do EIC22
7	Ficha Técnica25

Apresentação e Objetivos do Encontro Intermunicipal de Cultura

Por que um Encontro Intermunicipal de Cultura?

A cultura adquire cada vez mais importância no mundo de hoje. As grandes mudanças inevitavelmente passam por rupturas culturais.

No contexto do fazer cultural dos municípios, têm se destacado tanto a democratização da gestão cultural quanto a participação dos movimentos culturais na vida da cidade.

Já é hora de pensarmos juntos a cultura, aproximando a ação cultural dos municípios para a criação de um Fórum Intermunicipal de Cultura.

Para tanto, realizaremos o 1º Encontro Intermunicipal de Cultura, que tem por objetivos iniciar um intercâmbio de práticas culturais dos municípios brasileiros, constituir um espaço para criar o Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC), que conte com a participação de vários atores sociais (prefeituras, pessoas, entidades e movimentos) no campo da cultura, bem como possibilitar uma reflexão sobre os desafios culturais para o desenvolvimento humano.

Quem participa:

Prefeituras (secretarias municipais de cultura, departamentos e divisões de cultura), entidades, fundações culturais, movimentos, instituições, agentes, produtores, gestores, administradores, técnicos, dirigentes e pessoas interessadas pelo tema.

Objetivos:

- A** - Dar início à formação de uma rede constituída por múltiplos atores sociais no campo da cultura (gestores e administradores da área da cultura, criadores, agentes e movimentos culturais) visando à criação do Fórum Intermunicipal de Cultura - FIC;
- B** - Incentivar o debate cultural a partir de uma visão abrangente da cultura e de suas interfaces com as diversas áreas, realçando a “unidade” e a diversidade do fazer cultural;
- C** - Possibilitar uma reflexão sobre a importância da cultura para o desenvolvimento humano;
- D** - Estimular a democratização da gestão da cultura;
- E** - Fortalecer a política cultural no âmbito das políticas públicas do município;
- F** - Ampliar a ação da sociedade civil e sua articulação com as políticas culturais dos municípios, debatendo a importância dos movimentos culturais para o fazer democrático.

CULTURA: assunto de todos

Maria Antonieta Antunes Cunha

Secretária Municipal de Cultura

“Não há dúvida de que até uma época recente a arte sempre teve na sociedade uma conotação aristocrática, enquanto exercício de lazer e marca registrada da elite”.

Louis Porcher

“A preservação do índio e suas culturas, a harmonia do homem com a natureza, a salvação das florestas, rios e mares, a recusa à violência, a opção pelo pacifismo - todas essas são causas derrotadas. Elas não têm chance alguma frente ao poder econômico e ao poder das armas”.

Rubem Alves

As epígrafes, sem falar explicitamente (ou no sentido mais amplo) de cultura, podem muito bem aplicar-se a ela.

Com efeito, é comum enfrentarmos a ponderação: cuidar de cultura num país de terceiro mundo, com altíssimo grau de desemprego, de mortalidade infantil, de ausência de moradia, é mesmo um luxo, ou irresponsabilidade e alienação.

Se pensarmos em cultura como projeto do poder público, a questão torna-se ainda mais complicada: os cargos de decisão, frequentemente ocupados por políticos, exigem “respostas” rápidas, que aflorem, na pior das hipóteses, em 3 ou 4 anos...

Num país de terceiro mundo, a noção de cidadania está longe de chegar a todos os habitantes. E há uma clara relação entre consciência de cidadania e reivindicação cultural: em países mais avançados, os políticos costumam legitimar-se exatamente por seus projetos na área da cultura. No caso das cidades, eles se elegem por causa deles.

No nosso país, a cultura, sequer sonhada por grande parte da população, seria uma dessas causas derrotadas, no dizer de Rubem Alves - ele próprio um “derrotado” incansável da área.

Neste Encontro Intermunicipal de Cultura, onde os “perdedores” vêm discutir entusiasticamente as questões culturais, é forçoso sublinhar o perigo das simplificações e incompreensões que permeiam o pensamento e a ação nesse campo.

O primeiro engano é a suposição de que seja possível, em alguma sociedade, desconsiderar a cultura, ou atribuí-la a um grupo de privilegiados. Na verdade, ela não se dissocia do homem desde que ele existe, ou tomou consciência de si. Cultura, em última análise, é a criação de sentido para cada ação ou conhecimento do homem.

Essa constatação de que não existe homem sem cultura, antes de nos pacificar, deve colocar uma discussão fundamental para os que detêm algum poder capaz de ajudar o cidadão na ampliação de seu universo de ação, conhecimento e aspirações: independentemente de nossa eventual omissão, cada indivíduo está sempre criando novos sentidos, recriando outros, através do intercâmbio e de novas situações de vida.

E, se não tivermos de cultura a idéia mais ampla e mais conseqüente - a do campo privilegiado da criação de sentidos (portanto, de valores e de crítica) capazes de levar à transformação/aperfeiçoamento da vida individual e coletiva, estaremos abrindo a possibilidade exclusiva de que sentidos impostos artificialmente e de maneira massiva se instalem e se tornem valores, desejáveis apenas para o poder econômico ou das armas. Em vez de conhecer e reivindicar direitos (inclusive culturais), o indivíduo aceita sem contestação a realidade adversa.

Recorro de novo a Louis Porcher:

“Com o advento da era industrial, a subordinação da produção ao lucro e não às necessidades, a irrupção maciça dos objetos em série, o estímulo sempre realimentado das necessidades manipuladas destinadas a absorverem o excedente de mercadorias (...), a questão da qualidade do panorama vital assume importância e tende mesmo a tornar-se prioritária”.

Portanto, a ampliação da cultura, vital para o homem, é especialmente importante para os menos favorecidos.

Esse modo de encarar a cultura aponta para outro equívoco: ela é, sem dúvida, produto, mas é sobretudo processo.

Assim, a função da arte (ela mesma expressão mais perfeita do processo da imaginação e do fazer humanos) e os eventos não esgotam o campo da cultura, são seu efeito/resposta mais concreta, sua evidência mais imediata às vezes - daí, serem a opção da política de resultados ou de viabilidade rápida. Quando existem, verbas são liberadas preferencialmente para isso.

No entanto, a (re) interpretação do mundo, a transformação dos valores são processos lentos, não visíveis a olho nu, não quantificáveis. E é essa revolução, essa subversão individual ou coletiva que torna o indivíduo homem, que o faz participante da (re) construção pacífica do mundo. Só dessa maneira o cidadão está contemplado como sujeito, criador e não apenas fruidor/receptor de cultura.

A humildade e a paciência necessárias para reconhecer e aguardar o tempo de cada um são qualidades raras, em certas situações indesejáveis. Aparentemente, autoritarismo e armas têm respostas mais ágeis. Resta saber se são respostas verdadeiras e duradouras. Lembro o poeta: “A lição sabemos de cor, só nos resta aprender...”

As questões ligeiramente analisadas aqui acabam por definir (ou conformar) todo o estado da cultura: o reconhecimento ou não da área, a verba a ela destinada, sua situação com relação a outros setores de governo, o diálogo com o poder central.

Se o campo da cultura é o terreno das utopias (entendidas como sonhos não realizados ainda), uma nos coloca a todos junto de Rubem Alves: a da busca do lugar da cultura no mundo das forças decisórias mais positivas, em cada sociedade - única forma de se garantir a todos a oportunidade não só da vida, mas da existência, plena de significados.

Os Municípios e a Política Cultural

Bernardo Novais da Mata Machado

Secretário Adjunto da SMC - BH

A Constituição de 1988 devolveu aos municípios grande parte do poder político e econômico perdido durante o período autoritário. Dizia-se, ironicamente, que a única obra possível aos prefeitos dessa época era a de dotar as cidades de fontes luminosas. O quadro alterou-se profundamente com a nova Constituição. Além de maior participação no “bolo” tributário, os municípios passaram a ter relativa autonomia política em áreas como educação, saúde, assistência social, transportes e patrimônio histórico-cultural, entre outras. Além de fortalecer a instância municipal, a Constituição abriu o caminho para a participação popular ao prever a cooperação entre setor público e associações representativas na formulação do planejamento das cidades.

Um dos resultados positivos dessa mudança tem sido o estreitamento das relações intermunicipais com o objetivo de buscar soluções para problemas comuns. A tradicional política do “pires na mão”, à qual foram submetidos prefeitos de todo o país na busca dos recursos federais, está sendo paulatinamente substituída pelo estabelecimento de consórcios, acordos e convênios entre municípios. Essa linha direta entre as cidades, em contraposição ao longo processo de captação de verbas da União, tende a economizar tempo e recursos dos municípios.

A população brasileira, por sua vez, pelo que se pode apreender do comportamento dos eleitores, demonstra querer esse fortalecimento do poder local. As duas últimas eleições legislativas indicam uma clara “distritalização” do voto. O eleitor, crescentemente, dirige sua escolha para as lideranças locais, na expectativa de que elas serão mais capazes de reconhecer e resolver os problemas cotidianos.

Todas essas tendências indicam que será inglória qualquer tentativa de, novamente, enfraquecer os municípios. O máximo que se poderá obter é um acréscimo das responsabilidades locais frente às dos Estados e da União.

O Encontro Intermunicipal de Cultura (EIC) realiza-se nesse novo ambiente político-institucional. A política cultural, embora seja na maioria das vezes relegada a segundo plano, vem adquirindo, em alguns municípios, lugar de destaque entre as políticas públicas. Pouco a pouco os governos vão percebendo que o investimento em cultura, além de lhes conferir maior popularidade, aumenta o

prestígio das cidades. Eventos culturais são também instrumentos utilizados para sensibilizar, mobilizar e convencer a população a aderir a outros projetos públicos (saneamento, habitação, transportes, limpeza pública, orçamento participativo etc). Em síntese, os governantes, cada vez mais, encaram o investimento cultural como uma poderosa ferramenta de legitimação de suas políticas. Essa visão exclusiva e redutora das possibilidades e função da cultura vem sendo repensada pelos administradores da área antenados com o conceito contemporâneo de cultura - todos os modos de criar, fazer e viver. Insistem eles na tese de que a política cultural atravessa todas as outras políticas públicas, devendo constituir-se numa espécie de "coluna vertebral", ou no próprio "sistema nervoso" do governo.

A proliferação de leis de incentivo também é um sinal de interesse dos municípios pela cultura. Trata-se, aqui, de promover a cultura através de uma aliança entre o setor público - que abre mão de arrecadar parte dos impostos - e o setor privado, que através do *marketing* cultural fortalece a imagem institucional das empresas. O resultado disso é o crescimento do volume de recursos para a cultura, o que significa mais empregos e maior profissionalização dos produtores e agentes culturais.

Entretanto, não são apenas razões de ordem política e econômica que mobilizam governos e movimentos culturais. A cultura é, por excelência, o lugar da renovação, questionamento e transmissão de valores humanos. Aqueles que se sentem comprometidos com as mudanças sociais no país sabem que essas só se consolidam quando há, concomitantemente, mudança de valores. Para esses, priorizar a cultura significa contrapor aos valores dominantes - individualismo, omissão, imediatismo e intolerância - os valores da solidariedade, da participação, da consciência histórica e da convivência pacífica.

É por tudo isso que a Secretaria de Cultura de Belo Horizonte associou-se ao Instituto Pólis para a realização do Encontro Intermunicipal de Cultura. Acreditamos no potencial dos municípios, na articulação entre eles, na preponderância da política cultural e, principalmente, acreditamos na cooperação entre setor público e entidades representativas da sociedade. Nesse sentido, o Encontro, em sua realização e nos resultados que dele se esperam, é a tradução mesma dessa fé. Por um lado, o EIC é uma reunião entre gestores, produtores e movimentos sociais de cultura para a discussão de temas emergentes e que interessam a todas as partes. Por outro lado, espera-se que a constituição de um FÓRUM INTERMUNICIPAL DE CULTURA, composto por esses múltiplos agentes, represente um significativo avanço político na articulação Estado/sociedade no campo da cultura.

Os Sentidos da Cultura na Cidade*

Hamilton Faria

Diretor do Instituto Pólis

Professor da Faculdade de Artes Plásticas da FAAP

Poeta

Muito recentemente começa-se a perceber, com maior clareza, que a cidade não é apenas um espaço de acumulação de riquezas, de trabalho e de moradia. A cidade é, antes de tudo, o lugar onde as pessoas vivem e buscam novos sentidos de vida. Espaço universal onde seres humanos elaboram identidades e diferenças, valores, modos de pensar e de sentir, e constroem a sua cultura.

A Cultura tem sido considerada pela sociedade como um adorno, um acessório no conjunto das preocupações e das prioridades sociais. Afinal (lá vem a velha cantilena!), somos um país subdesenvolvido, de terceiro mundo, de capitalismo selvagem, com 32 milhões de famintos etc. etc., e não podemos nos dar ao luxo de pensar na Cultura. Em primeiro lugar, resolveremos as questões sociais mais urgentes e, depois, daremos atenção às dimensões culturais. Enfim, a surrada teoria do bolo: primeiro fazemos crescer o bolo e depois o repartimos.

Os planos de desenvolvimento levam em conta a produção e circulação de mercadorias, o crescimento da indústria, o incremento da renda, do mercado de trabalho etc. Não são pensados os valores culturais que estão sendo gerados, as sociabilidades, a escala humana da vida. Poucos perguntam para onde vão nossas cidades e reproduzem um modo de vida que fragmenta o tecido urbano. **Os atores sociais seres humanos** sofrem o processo de urbanização mais predatório de todos os tempos. E isso nos põe frente à inseparabilidade dos processos culturais e da ecologia - condição e substrato de qualquer projeto social transformador.

Hoje, com a crise das instituições, das práticas e dos valores, pela qual a civilização moderna atravessa, observa-se que o desenvolvimento recente trouxe seqüelas enormes para a vida dos povos e das pessoas: destruiu valores tradicionais importantes, desarticulou negativamente as identidades, corrompeu

* *Texto publicado na Revista Pólis (n° 12, 1993) - Hamilton Faria e Valmir de Souza (org.) - Experiências de Gestão Cultural Democrática*

comportamentos éticos, solapou ideais de solidariedade e cooperação, despersonalizou relações, tecnicizou vivências, erigiu a máquina e a ciência como tutoras da nossa vida cotidiana e transcendente.

A modernidade rendeu-se ao deus-mercadoria e olhou o mundo de forma instrumental e o homem como um objeto. Erigiu-se uma cultura produtivista onde todas as coisas adquirem um valor de troca. Ao invés de um ato permanente da criação humana, onde o instituído é permanentemente instituinte, onde o mundo é permanentemente fundado, a Cultura transformou-se em objeto de consumo, serve a um mercado cada vez mais sofisticado. O mundo se desencantou, para dizer como Weber.

O Brasil, assumindo essa visão hegemônica da modernidade, convive com uma tradição de Estado autoritário que vê a Cultura enquanto elemento de legitimidade e de coesão do poder frente à sociedade. Por outro lado, com a emergência das propostas neoliberalizantes do Estado mínimo e máximo Mercado, a Cultura passa a pertencer à dinâmica do capital. Veja-se a extinção de dezenas de órgãos pelo Plano Collor.

A esquerda e os partidos políticos (tradicionais ou não), mesmo aqueles do campo democrático, ainda vêem a Cultura no sentido instrumental: o de abrir caminhos para propostas políticas mais amplas. A Cultura deixa de ter valor próprio para servir a estratégias de luta política.

No âmbito dos governos municipais, as áreas de Cultura, além de disporem de verbas em torno de 2% do orçamento total, quase sempre não têm presença nas pautas e reuniões governamentais. A Cultura tem sido uma fonte de clientelismo de vereadores e políticos locais e na maior parte dos municípios não há órgãos e técnicos preparados para a área cultural.

Ação municipal é conduzida para reforçar funções clássicas de conservação do patrimônio (monumentos, museus etc.) ou, no máximo, para realizar um trabalho de difusão dos valores culturais da elite do município.

Com a crise da civilização, a crise dos valores e do pensamento, dos paradigmas que estruturaram as sociedades, particularmente aquelas do mundo industrial, e com a transição democrática das sociedades sob a égide de Estados autoritários e o surgimento de movimentos que enfatizam o pluralismo e a diversidade (movimentos ecológicos, de gênero, étnicos, minorias de todas as nuances etc.), vislumbra-se uma nítida Cultura emergente.

A Constituição Brasileira, pela primeira vez, em 1988, fala em **Direitos Culturais**; encontros internacionais relevam questões como identidades culturais, desenvolvimento cultural, pluralismo etc; as organizações não-governamentais (ONG's) passam a olhar com maior atenção estes temas; sucedem-se debates sobre cultura política, patrimônio histórico, ação cultural, cultura popular, modos de

vida urbanos; cursos de formação de agentes culturais são organizados; fóruns de cultura regionais e municipais debatem a ação cultural e a criação/produção artística; encontros sobre reforma urbana debatem relações entre cidade e cultura; leis orgânicas e planos diretores dos municípios acolhem temas culturais pela primeira vez, em suas análises da cidade.

Esses acontecimentos denotam o nascimento de uma **Cultura da Cultura**, isto é, uma cultura que revaloriza os aspectos culturais da realidade social.

Muitos municípios brasileiros vivem hoje a experiência da gestão democrática e, com isso, há uma preocupação em **democratizar a Cultura**, trazê-la à presença do grande público, ampliar os direitos culturais pelo conjunto dos cidadãos. Fomentam-se as artes, difundem-se conhecimentos, circula uma pluralidade de discursos. A expressão-chave é o **direito do cidadão à Cultura**. São definidas políticas que estimulam o acesso dos cidadãos aos espaços e equipamentos culturais. Outros vão mais além: combinam o processo de democratização da Cultura com uma Política Cultural que aponta no sentido da construção da Cidadania Cultural.

Agora já não basta o cidadão ter acesso à Cultura, mas há necessidade de promover processos de participação para que o cidadão seja agente da sua cultura, deflagrando um ato permanente de criação. Aqui a palavra-chave é **criação**.

Nesse caso a Política Cultural não se limita a estimular o acesso a uma Cultura estabelecida, mas caminha no sentido de uma construção nova e original - que cria arte, gera reflexões, questiona modos de vida, resgata tradições, instiga o fazer político, pergunta-se sobre o *ethos* urbano, instaura redes de sociabilidade, desestabiliza o estabelecido, reconquista a vida cotidiana como espaço do humano.

Essa visão de Política Cultural propõe a realização da Cultura pelo conjunto dos cidadãos, grupos, comunidades, pessoas, a partir das suas referências, identidades e diferenças. O Estado impulsiona mas não limita, propõe mas não define pautas culturais da sociedade; estimula a todo momento a participação nos processos criativos, respeitando o pluralismo, a diversidade, a autonomia; sem se abster do debate, inclui-se enquanto ator dos processos culturais.

Para levar à frente esse projeto, os governos municipais têm procurado descentralizar as atividades para que elas não aconteçam apenas nos "Templos" da Cultura, para valorizar os processos culturais locais e estimular a criação a partir dos "pedaços" da cidade (Magnani). Sem perder a dimensão universal da Cultura, procuram se sintonizar com as "lealdades locais" (para lembrar o poeta Eliot em "Notas para uma Definição de Cultura"). A criação em todos os níveis constitui-se como o filão principal do projeto cultural.

A prática desses ideais é muito recente e sofre limitações. A falência do Estado, a sua desorganização administrativa, o grau de carencias da população, a cultura paternalista disseminada na sociedade, a ação desorganizadora da indústria cultural e dos meios de comunicação atuam no sentido da “materialidade”, vencendo o caráter “espiritual” da cultura. Quase sempre leva-se grande parte da gestão para “arrumar a casa” - reconstruir equipamentos, pensar a nova política, ensaiar projetos de maior amplitude. Atinge-se parcialmente a cidade e a população carente de espaços de criação cultural.

As experiências recentes, no entanto, demonstram que, apesar dessa *densidade material*, é possível viabilizar um projeto que considere o cidadão como criador de Cultura e não como consumidor passivo do *prêt-à-porter*.

Novos atores, antes excluídos, emergem no cenário da vida cultural, novos espaços são criados, a gestão é co-participada, as identidades locais e a memória são revalorizadas, no lugar da ausência surge uma política cultural com rosto e traços próprios. Caminha-se na direção da desprivatização do Estado, o clientelismo cultural é combatido, melhora-se a qualidade dos serviços culturais, a cultura é pensada como direito e criação. Começa-se a pensar a cultura, não como mais um ingrediente para as receitas de Políticas Sociais, mas como fio condutor que perpassa os diversos aspectos da vida. Enfim, um outro conceito de cultura ganha significado.

Todas essas inovações são permeadas por um movimento deslinear e contraditório: desconhecimento inicial do funcionamento da máquina, falta de quadros preparados para uma vivência democrática e treinados para o “tempo cultural” e não para o “tempo burocrático”; comportamento acadêmico e arrogante de técnicos transferidos das Universidades para o dia-a-dia administrativo; falta de tato com funcionários e produtores culturais; ausência de sensibilidade com o aspecto “regional” da criação artística; “militância” cultural com práticas políticas inibidoras da expressão da diversidade e da alteridade etc. Estes elementos estiveram presentes também nas práticas dessas novas gestões democráticas da cultura.

Essas experiências, no entanto, cresceram com esse aprendizado - legitimaram o entendimento das cidades enquanto acontecimento cultural, levantaram a poeira do conservadorismo, mostraram a bandeira de novos direitos e ampliaram o entendimento da cidadania. Enfim, chacoalharam a nau muito sensata da mesmiséria da Cultura Oficial.

Sem dúvida que a construção de uma democracia cultural não passa apenas pela revitalização da Cultura do município, mas também por uma ruptura radical com a nossa condição de nação que vive o *apartheid* social na vida cotidiana. De um outro olhar, precisamos urgentemente avaliar o conjunto do nosso modo de vida contemporâneo e do rumo que sedimentou o nosso percurso civilizacional.

As mudanças sociais, políticas e econômicas não serão viáveis sem uma profunda transformação dos valores presentes na sociedade moderna. Um sistema que tenha como centro a vida em todas as suas manifestações precisa reorientar os seus valores - da competição para a cooperação e a justiça social, da acumulação material para o crescimento interior.

Então será possível um pensar e um viver não em oposição à natureza, mas nos termos de uma “nova aliança” como quer Prigogine e, por que não, vislumbrar uma verdadeira poética do social, seiva que vivifica as utopias mais esblandescentes.

A pesar de a crise da Cultura ser mais ampla do que as experiências aqui apresentadas, essas apontam alternativas para esta crise e para a constituição de uma “cidade saudável”. Por elas passa a discussão de um *ethos* urbano para uma vida harmoniosa e solidária, que resgate a dimensão espiritual-humana da Cultura: a de acrescentar humanidades à vida dos seres e despertar os mitos que adormeceram nos sopros mais antigos.

E para lembrar Heráclito, “A morada do homem é o extraordinário”.

Premissas e algumas Proposições para uma Política de Cultura*

Hamilton Faria
Presidente do Instituto Pólis

Valmir de Souza
Pesquisador do Instituto Pólis

Premissas

As nossas proposições de política de cultura partem das seguintes premissas:

A cultura entendida em sentido abrangente como criação de valores, significados, símbolos, normas, mitos, imagens etc presentes nas práticas cotidianas, nas instituições, movimentos, pensamento, arte. A cultura penetra nos coletivos humanos e nos indivíduos, dos conceitos de trabalho às emoções. Nesse sentido cultura é modo de viver, ser, fazer, pensar, valorar, sentir, simbolizar, imaginar das sociedades humanas. Há diferenças na apreensão dos significados culturais, mas há uma certa condição que leva a sociedade inteira a participar dessa mesma criação coletiva. Nesse sentido, consideramos que as dicotomias (popular x erudito, cultura de massa x cultura popular etc) não respondem aos desafios postos pelas sociedades modernas e pela crise civilizatória. Cultura não é somente espetáculo, não é simplesmente arte ou eventos (Chauí), não é área ou departamento, não é definida pela economia de mercado. É criação individual e coletiva das obras de arte, do pensamento, dos valores, dos comportamentos e do imaginário.

Vivemos hoje uma crise civilizatória que atravessa todas as instâncias da vida em sociedade - uma crise de caráter cultural da visão de mundo do homem contemporâneo. A miséria, o desequilíbrio ambiental, a desumanização das relações são manifestação dessa crise.

* *Texto publicado na Revista Pólis (nº 17, 1994) - Hamilton Faria e Valmir de Souza (org.) - Projeto Cultural para um Governo Sustentável*

A superação da opressão e da dominação e a construção de valores para uma sociedade livre e fraterna fazem parte do mesmo movimento. Portanto, a construção cultural e a mudança da vida social e política são realidades inseparáveis.

Uma política de cultura deve compreender que há múltiplas formas de saber “não científicas” que emergem dos grupos sociais, movimentos, instituições e pessoas e da própria tradição dos povos, de grande importância para a compreensão e mudança do mundo contemporâneo. Portanto, uma política de cultura deve estimular o diálogo cultural entre a ciência e os demais saberes, inclusive com as tradições místicas e outras “texturas selvagens do pensamento” portadoras de conhecimentos milenares. É necessário compreender que o cidadão deve ter acesso ao patrimônio da humanidade e não apenas ao conhecimento moderno e ocidental. O diálogo de saberes pode contribuir para a compreensão dos impasses contemporâneos e para compor um ser humano pleno.

Uma política de cultura deve estimular a vida solidária em sociedade, ampliando o entendimento da pessoa para além do ser econômico, trabalhador e consumidor. O homem-mulher é um todo indivisível voltado para a construção da vida e da felicidade.

Uma política de cultura deve ser referida não apenas à inclusão dos excluídos no mercado de consumo (embora isto seja importante num país que vive o *apartheid* social), mas principalmente à criação social em todos os níveis (político, científico, artístico, econômico etc).

Somente a criação individual e coletiva será capaz de enfrentar a crise civilizatória e impulsionar a sociedade brasileira não para a modernidade tardia, mas para, através das experiências, refundarmos um país com sua singularidade e diversidade.

A promoção da diversidade é aspecto central de uma política de cultura. A sociedade é um tecido de relações de classe, etnia, gênero, e demais singularidades. A vivência do diverso é a base da cidadania.

Os processos culturais e a cidadania são indissociáveis. Não há construção de uma nova cultura sem a promoção da cidadania. E não há cidadania efetiva que desconheça os valores culturais.

A democracia política, econômica e social é indissociável de uma cultura que promova o desenvolvimento dos seres humanos.

A ética ressignifica o conceito de democracia e a diversidade sinaliza para um conceito mais amplo de cidadania.

Uma política de cultura deve olhar o local como espaço privilegiado da construção democrática e da cidadania. Mas não deve desconhecer a importância da cidadania mundial que transcende o conceito de pátria e nação nos colocando como cidadãos do mundo compartilhando valores fraternos com todos os povos e raças.

Uma política de cultura está ligada aos valores ecológicos que defendem o direito à existência de todas as formas de vida. Portanto, deve estimular a criação de uma cultura da vida.

Uma política de cultura deve ser implementada pelos organismos e movimentos da sociedade civil e pelos governos como um todo, não apenas pelas pastas da cultura. A política de cultura dá um sentido integrador às ações da administração e da vida em sociedade.

Uma política de cultura deve estimular os setores sociais a participarem dos processos culturais garantindo a sua autonomia de criação e a presença decisória nos órgãos governamentais.

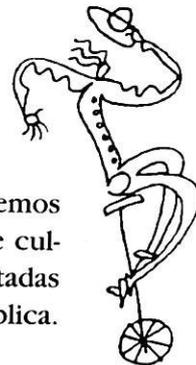
A política de cultura deve dar especial atenção à cultura política. Hoje, essa cultura legitima a privatização do Estado através do clientelismo e do patrimonialismo (o Estado como patrimônio das elites), a falta de transparência nas ações governamentais, a postura autoritária e burocrática e a falta de ética na vida pública. É a atual cultura política que dá sentido à idéia de que o Estado pertence aos políticos e não à cidadania. Portanto, uma política de cultura deve embasar a refundação do estado e a democratização das relações Estado-sociedade.

A gestão democrática da cultura deve possibilitar a democratização do acesso aos bens culturais já existentes e à criação cultural da sociedade, abrindo caminhos para a viabilização de uma democracia cultural.

O diálogo da cultura e da natureza, dos homens-mulheres entre si e da sociedade com seus mitos devem ser considerados como elementos fundantes de uma existência social plena.

Proposições

Apresentamos, a seguir, algumas proposições que entendemos servirem de subsídios para a formulação de uma política de cultura. Concordamos com a maior parte das propostas de políticas culturais apresentadas nesta publicação. Muitas delas têm sido objeto do nosso debate e intervenção pública. Não as repetiremos neste texto para evitar possíveis redundâncias.



1. DESENVOLVIMENTO

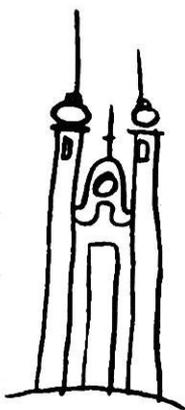
- Os planos de desenvolvimento devem levar em conta a questão da identidade cultural e a escala humana da industrialização.
- Promover a reflexão sobre os paradigmas do desenvolvimento e os caminhos do país, do estado e do município para o desenvolvimento humano.
- Estimular o planejamento para o desenvolvimento a estabelecer políticas públicas com valores culturais que levem em conta a cidadania cultural.
- Cada esfera de Governo deve propiciar a formação de seu corpo técnico incluindo nos seus planos de ação a dimensão cultural.
- Pensar os planos de desenvolvimento municipal respeitando as diversidades regionais e locais.
- Propor a inclusão da questão cultural nos planos diretores municipais, nos planos de governo e nos fóruns de reforma urbana.

2. CIDADES

- Estimular uma visão de cidade que equilibre o tradicional e o moderno, a memória e o novo. Um traçado urbano que contemple, não a rotina da pressa nem a circulação de veículos, mas a descontração e o equilíbrio.
- Promover a revitalização dos centros urbanos, resgatando as ruas para o pedestre e revertendo a cultura automobilística. Deve-se estimular a apropriação pública dos centros urbanos, a democratização dos centros comerciais, calçadas e passeios, ruas fechadas, espaço de lazer e cultura.
- Criar nas cidades espaços com “sentidos fortes de sociabilidade”, praças e ruas como lugar do encontro.
- Recuperação da identidade dos bairros e das pequenas cidades.
- Estimular uma cultura voltada para a construção de espaços coletivos e ecológicos (praças, jardins, árvores etc) nos projetos habitacionais dos bairros, reurbanização de favelas etc.

3. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MEMÓRIA

- Questionar a visão celebrativa e monumentalista de interesse das elites e do Estado.
- Preservar os espaços culturais e monumentos apropriados pela população e os espaços afetivos do cotidiano.
- Recuperar a memória oral das cidades, dos grupos, movimentos e pessoas.
- Restaurar e refuncionalizar espaços, equipamentos históricos e museus com o intuito de democratizar o acesso da população, inclusive ampliando o horário de atendimento.



4. MOVIMENTOS SOCIAIS, CULTURAIS E ETNIAS

- Apoio aos movimentos sociais em suas lutas pela melhoria das condições de vida em sociedade, espaço privilegiado de formação de uma cultura da vida e da cidadania.
- Valorizar os movimentos de mulheres e sua contribuição inestimável para a construção de novos valores culturais para o entendimento do humano.
- Estimular a abertura da sociedade para as culturas negra e indígena, bases da nossa formação cultural. Reforçar suas expressões artísticas, sua cozinha, suas práticas religiosas e de cura, seus mitos, rituais e tradições. Criar casas da memória afro-brasileira e da memória indígena em todas as regiões do país.
- Valorizar os movimentos ambientalistas e de defesa da vida.
- Apoio aos movimentos “Ética na Política” e “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”, portadores de práticas e valores de uma nova sociabilidade.
- Criar espaços para os diversos segmentos e grupos sociais: homossexuais, idosos, jovens, deficientes físicos, portadores da diferença não aceita pela nossa cultura tradicional.
- Apoio aos movimentos e grupos de artistas e produtores de cultura com presença nas grandes e pequenas cidades e nas regiões rurais, ligados a várias linguagens: poesia, música, teatro, cinema, mímica, rádio, artes plásticas etc. Atenção especial àqueles não consagrados e sem acesso a patrocínios.

- Revalorização e incentivo ao folclore é de suma importância por ser uma prática que traz consigo tradições ecléticas e sincréticas: em suas festas, preserva a memória social de comunidades, além de transmitir seus valores. A cultura folclórica não pode ser vista como algo secundário pelas gestões públicas da cultura, pois além do aspecto da preservação cultural, o folclore, através de festivais e concursos, pode dinamizar economicamente algumas regiões mais afastadas dos grandes centros.

5. VALORES

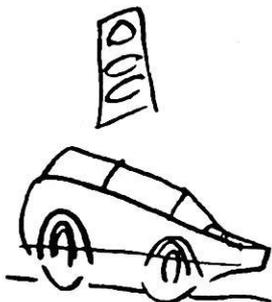
- Desencadear campanhas de educação pela não-violência nas escolas, nas ruas, nos bairros, nos quartéis e presídios etc. Reforçar toda ação pública coletiva e individual que proponha medidas contra a cultura do medo e da violência.
- Estimular valores de cooperação e solidariedade na vida social. O Estado deve incentivar todas as formas para a criação de valores humanos na sociedade.

6. EDUCAÇÃO E CULTURA

- A educação deve contribuir para a construção da cidadania para uma sociedade que se pauta por um desenvolvimento dos valores éticos e solidários.
- A educação deve contribuir para aproximar as culturas científica e humanista estimulando a complementaridade entre ciência e tradição nos processos educacionais.
- Reconhecer e apoiar a educação não-formal presente nos movimentos sociais, moradores de rua, meninos de rua, camponeses, indígenas, sindicatos e outras formas de educação popular.
- Incentivar a relação escola-comunidade.
- Promover a integração da escola e das comunidades com os museus, criando serviços educativos que possam fazer a ponte entre os órgãos públicos de cultura e de educação.

7. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS ÓRGÃOS DE CULTURA

- Participação majoritária da sociedade civil nos Conselhos Municipais de Cultura, Conselhos de Desenvolvimento Cultural, Conselho Nacional de Cultura.



- Participação dos cidadãos, agentes e criadores em Fóruns Regionais de Cultura para definição de políticas culturais e ação dos equipamentos do Estado.
- Criação de um Fórum Intermunicipal de Cultura (proposta pelo Pólis nesta publicação).
- Gerenciamento público de equipamentos culturais pela sociedade civil (ex. Cinema Paradiso).
- Transparência e visibilidade das verbas e fundos públicos de cultura.

8. DESCENTRALIZAÇÃO DA CULTURA

- Descentralizar a ação cultural criando órgãos regionais de cultura (nível nacional) e órgãos locais (municipais), desdobrando e multiplicando a ação das secretarias. A descentralização permite uma ação cultural mais profunda e sensível às realidades locais e formação de redes com os múltiplos atores: movimentos sociais, sindicatos, administrações regionais, movimentos de mulheres, ecológicos, étnicos, artistas, associações, bibliotecas, pessoas etc.

9. CULTURA POLÍTICA

- Estimular a criação de fóruns municipais de ética visando à elaboração de uma cultura política democrática e fiscalização do uso da coisa pública.
- Estimular a presença nos organismos do Estado de movimentos sociais e culturais e do cidadão individual como agentes de mudanças na sociedade e na representação democrática.
- Apoiar e divulgar experiências de gestão democrática.

10. TEMPO LIVRE

- O equilíbrio entre uma cultura do tempo livre e uma cultura do trabalho é fundamental para o desenvolvimento auto-sustentável. O tempo livre pode ser usado para a criação artística, leitura, reflexão, descontração, amor, ter contatos com o ser, ser livre, amizades, contatos com a Natureza, participação na vida comunitária, criação de um sentido de pertencimento e de solidariedade, práticas espirituais, enfim, reapropriar-se da vida, contrariando a ética de um mundo-máquina e fazendo emergir valores essenciais

para a sociedade. Nesse sentido, é importante que o Governo reavalie a jornada de trabalho e os movimentos continuem lutando pela sua redução. Por outro lado, o lazer deve ser incorporado definitivamente na política de cultura.

11. AÇÃO INTERSECRETARIAL E INTERMINISTERIAL

- Considerando que a cultura perpassa todas as instâncias da vida em sociedade, a ação conjunta de ministérios e secretarias torna-se proposta relevante de trabalho: das ações políticas a planos de desenvolvimento global. Também é possível a realização de trabalhos conjuntos de secretarias (municipais e estaduais) e os ministérios para o melhor aproveitamento de recursos e equipamentos públicos.

12. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO

- As parcerias público-privado devem tomar um direcionamento que facilite certos trabalhos ligados ao Patrimônio Histórico e Cultural, mas também colocando a possibilidade de a empresa privada participar em projetos ligados às ações culturais realizadas pelo Estado. Não se deve esquecer, porém, a dimensão ética das atividades da empresa em relação à apropriação do espaço público, enfatizando o papel social de um empreendimento cultural.

13. ARTICULAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

- Estimular a inclusão das políticas de cultura na ação das ONG's (Organizações não governamentais).
- Articular as questões ambiental e cultural nas conferências nacionais e internacionais.
- Propor a continuidade dos encontros da UNESCO para o debate do desenvolvimento e sua relação com a cultura.
- Reforçar a idéia presente em alguns movimentos nacionais (Movimento Nacional de Direitos Humanos) e algumas agências internacionais de cooperação que inclui os direitos culturais como direitos humanos.

14. PESQUISA

- Desenvolver pesquisa mapeando grupos culturais de cidades e regiões. Para isso, é importante a criação de cadastros culturais que registrem os diversos grupos, movimentos, comitês, fóruns que tenham atividades culturais. Faz-se necessária a divulgação ampla desses registros.

- Pesquisar comportamentos dos fruidores de cultura (arte): razões da utilização dos equipamentos, horários, mercados de cultura etc.
- Levantamento de parceiros da iniciativa privada que contribuam com a arte e a cultura pautados por valores éticos.
- Criação de instituições que mantenham fóruns e grupos de estudo e reflexão relacionados à cultura contemporânea, alargando o campo de atuação dos conceitos sobre cultura.

15. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

- Apoio ao Projeto de Lei n. 2735/92 (“Lei da Informação Democrática”), em trâmite no Congresso Nacional, do qual destacamos alguns pontos divulgados pelo Fórum Nacional de Democratização da Comunicação:

Liberdade de transmissão municipal. Emissoras comunitárias de rádio e televisão, de alcance municipal, sem fins lucrativos, poderão ser instaladas apenas mediante registro no cartório local.

Direito à informação. Todas as pessoas terão liberdade de acesso às informações existentes em repartições públicas de qualquer natureza.

Direito de antena. Entidades e movimentos de caráter estadual ou nacional terão direito a horário gratuito no rádio e na televisão.

Fim do monopólio e da multimídia. Ninguém poderá controlar mais de 30% da comunicação social em um Estado ou no país. Ninguém poderá ter rádio, jornal ou revista, e televisão ao mesmo tempo.

Garantias profissionais. Jornalistas, radialistas e artistas poderão invocar a cláusula de consciência contra tarefas contrárias à ética profissional e ao interesse público. Jornalistas terão o direito de assinar suas matérias, de guardar o sigilo da fonte e de participar do Conselho Editorial.

Rádios e tevês públicas. Cada município terá direito ao menos a uma emissora de rádio e outra de televisão a serviço da cultura, das artes, do jornalismo e da educação. Serão emissoras públicas (nem governamentais nem privadas) administradas pela própria sociedade através de fundações.

Regionalização da produção. Quarenta por cento da programação das emissoras de rádio e televisão serão ocupados por produção local e regional.



Programação

Dia 25/05 - Quinta-feira

20:00 h – Abertura Oficial do Encontro

- **Patrus Ananias de Sousa**
Prefeito Municipal de Belo Horizonte
- **Francisco Weffort (ou representante do MINC)**
Ministro da Cultura
- **Miguel Angel Enríquez**
Representante da UNESCO no Brasil
- **Berenice Regnier Menegale**
Secretária de Estado da Cultura de MG
- **Maria Antonieta Antunes da Cunha**
Secretária Municipal de Cultura de BH
- **Hamilton Faria**
Presidente do Instituto Pólis

21:30 h – Coquetel com música ao vivo

Dia 26/05 - Sexta-feira

**08:30 h – Palestra e debate:
“Cultura e Desenvolvimento Humano nas Cidades”**

Expositores:

- **Aziz Nacib Ab' Saber**
Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- **Marina Silva**
Senadora pelo Estado do Acre
- **Lídia Avelar Estanislau**
*Diretora do Departamento de Memória
e Patrimônio Cultural da SMC-BH*

• **Flávio Vespasiano Di Giorgi**
Professor de Teoria da Comunicação na PUC-SP

Coordenador:

• **Hamilton Faria**
Presidente do Instituto Pólis

14:30 h – Palestra e debate:
“Cultura e Políticas Públicas na Gestão dos Municípios”

Expositores:

• **Helena Severo**
Secretária Municipal de Cultura do Rio de Janeiro

• **Altair José Moreira**
Diretor de Cultura da Prefeitura de Santo André/SP
Gestão 89 - 92

• **José Carlos Capinan**
Secretário de Estado da Cultura da Bahia
Gestão 86 - 88

• **Luis Paulo De Pilla Vares**
Secretário Municipal de Cultura de Porto Alegre

Coordenador:

• **Bernardo Novais da Mata Machado**
Secretário Adjunto da SMC-BH

20:00 h – Show musical “Inseto Raro” com a cantora Titane

Dia 27/05 - Sábado

08:30 h – Palestra e debate:
“Movimentos de Ação Cultural e Políticas Públicas”

Expositores:

• **Maria de Lourdes Siqueira**
Diretora da Associação Cultural Bloco Carnavalesco
Ilê Ayê (Salvador)

- **Caio Ferraz**

Secretário Executivo da Casa da Paz (Rio de Janeiro)

- **Márcia Betânia de Oliveira Horta**

Coordenadora do Encontro Popular de Cultura de Minas Gerais

- **Teresa Moreira**

Diretora do Programa de Educação Ambiental da Rede Mulher - SP

Coordenador:

- **Guilardo Veloso**

Assessor da Secretaria Municipal de Cultura - BH

14:30 h – Reunião de grupos para o debate sobre os três temas dos painéis

17:30 h – Plenária de apresentação dos relatórios dos grupos

**20:00 h – Show musical com Pereira da Viola
– Festa de confraternização com a Orquestra Carlos Gomes**

Dia 28/05 – Domingo

08:30 h – Plenária de discussão e criação do “Fórum Intermunicipal de Cultura”

Coordenação:

- **Instituto Pólis**

- **Secretaria Municipal de Cultura - BH**

- **Instituições e Movimentos Culturais**

13:00 h – Encerramento oficial do EIC

**13:30 h – Performance musical
“De Patangome na Cidade” com Gil Amâncio,
Guda e Rui Moreira - Cia Seráquê?**

I ENCONTRO INTERMUNICIPAL DE CULTURA

Ficha Técnica

Coordenação Geral:

Maria Antonieta Antunes Cunha
Secretária Municipal de Cultura

Bernardo Novais da Mata Machado
Secretário Adjunto Municipal de Cultura

Hamilton Faria
Presidente do Instituto Pólis

Coordenação Executiva:

Sônia Maria Augusto
Diretora do Departamento de Ação Cultural da SMC

Marta Porto
*Diretora do Departamento de Planejamento e
Coordenação Cultural da SMC*

Guilardo Veloso
Assessor da Secretaria Municipal de Cultura

Valmir de Souza
Pesquisador do Instituto Pólis

Coordenação de Produção: Sandra Moura
Assessora da Secretaria Municipal de Cultura

**Assistentes de Produção: Ruth-léa Amaral
Patrícia Faria**

Assessoria de Relações Públicas: Mônica Andrade

Assessoria de Imprensa: 

Equipe do Núcleo de Comunicação da SMC-BH

Equipe do Departamento Administrativo e Financeiro da SMC-BH

**Secretaria Executiva: Nelayne Abdo
Cleonice de Souza Ferreira**

Projeto Gráfico: Marcelo Bicalho

COORDENAÇÃO e REALIZAÇÃO:



CO-PROMOÇÃO:

CULTURA
GOVERNO DE MINAS GERAIS



APOIO:

